

# CÂMARA MUNICIPAL

## **MANDATO DE 2021-2025**

#### ATA Nº 1/2023



#### ATA APROVADA EM MINUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERTÃ

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três pelas 9:30 horas,
nesta Vila, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se a Câmara Municipal de Sertã,
sob a presidência do Senhor Carlos Alberto de Miranda, Presidente da Câmara e com a
presença dos Senhores Vereadores:
Paulo Jorge Farinha Luís
Rui Jorge Gaspar Antunes
José da Silva Nunes
Cristina Alexandra dos Reis Nunes
José Carlos Sousa Fernandes
António Antunes Xavier
A reunião foi secretariada por Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Técnica Superior
Declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente, foram tomadas as seguintes
deliberaçõesdeliberações
O Senhor Presidente fez a leitura da Ordem do Dia (art.º 53 do Anexo I da Lei nº
75/2013, de 12 de setembro) desta reunião Ordinária:
1 - Ata da reunião anterior - para aprovação
2 - Período de "Antes da Ordem do Dia"
2.1 - Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal
2.2 - Apreciação de assuntos de interesse para o Município
3. Período de "A Ordem do Dia"
3.1 - Proposta de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Emília
Vicente Fernandes familiar de antigo trabalhador do Município da Sertã- Proc.º
2023/150.10.701.02/01 - para aprovação;
3.2 - Proposta de emissão de parecer favorável à constituição de
compropriedade de Prédio Rústico com o artigo 6846 da freguesia de Troviscal -
Proc.º nº 2022/450.30.502/53 - para aprovação;
3.3 - Proposta de cedência de parcela de terreno particular para afetação ao
domínio público municipal - Almeida & Costa Henriques Construções Ld.ª - Proc.º
2022/300.50.001/1 - para aprovação;



for his

de 2023 - Proc.º 2022/300.10.005/233 - para aprovação;
3.5 - Proposta de comparticipação do valor dos passes escolares aos alunos
provenientes do circuito público Pedrogão Grande - Sertã (ensino secundário) - ano
letivo 2022/2023 - Proc.º 2022/300.10.005/126 - para aprovação;
3.6 - Proposta no âmbito de Ação Social Escolar - 1CEB e Educação Pré- Escolar
- Ano letivo 2022/2023 - Proc.º 2022/650.10.100/446 - para aprovação;
3.7 - Proposta no âmbito das Férias Ativas - "Natal 2022" - pedidos de isenção -
Proc.º 2022/900.10.002.02/14 - para aprovação;
3.8 - Proposta de pedido de Instalações Desportivas- Pavilhão Desportivo
Municipal da Sertã - Proc.º 2023/300.50.201/3 - para aprovação;
3.9 - Proposta de Revisão do Regulamento Municipal de Trânsito - Proc.º
2023/100.10.400/1 - para aprovação;
4 - Intervenção do Público
1 - Ata da reunião anterior - para aprovação
Foi presente à Câmara a ata da reunião realizada em 30-12-2022 já do conhecimento de
todos os membros do executivo
Submetida à votação pelo Senhor Presidente, foi a mesma aprovada por unanimidade e
assinada nos termos da lei
2 - Período de "Antes da Ordem do Dia"
2.1 - Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal
O Senhor Presidente informou que virá na próxima reunião
2.2 - Apreciação de assuntos de interesse para o Município
Solicitou intervenção o Senhor Vereador Paulo Farinha Luís que apresentou
votos de um bom ano de 2023 para todos, desejou que os trabalhos sejam profícuos
para o concelho
3. Período de "A Ordem do Dia"
3.1 - Proposta de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Emília
Vicente Fernandes familiar de antigo trabalhador do Município da Sertã- Proc.º
2023/150.10.701.02/01 - para aprovação
Proposta nº 1/2023
Foi com tristeza que tomámos conhecimento do falecimento da Senhora Maria Emília
Vicente Fernandes, esposa do ex. trabalhador da Câmara Municipal Senhor António Ramos.
Decerto, que não são palavras que os familiares mais ansiavam, mas são as palavras a
única forma que temos para juntar o nosso pesar à Vossa dor, procurando deste modo
transmitir-lhes algum alento





Em meu nome pessoal, do Executivo Municipal da Sertã e de todos os trabalhadores do
Município, apresentamos as nossas mais sentidas condolências
Solicita-se a aprovação deste voto de pesar e a permissão para que dele se dê
conhecimento à família.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o presente voto de
pesar, nos termos da presente proposta
3.2 - Proposta de emissão de parecer favorável à constituição de
compropriedade de Prédio Rústico com o artigo 6846 da freguesia de Troviscal -
Proc.º nº 2022/450.30.502/53 - para aprovação
Proposta nº 2/2023
Considerando que:
- Deu entrada nos serviços municipais, em 27 de dezembro de 2022, o requerimento do Sr.
Fernando de Jesus Nunes, sob o n.º 18106, processo n.º 2022/450.30.502/53, o qual deu
origem à informação interna nº 30261 de 27/12/2022, documento que se dá aqui como
integralmente reproduzido e se anexa à presente proposta;
- Solicita o requerente, a constituição em compropriedade de prédio rústico inscrito na
matriz, com o artigo 6846, sito em Vale Moronço, da Freguesia do Troviscal;
- O pedido é efetuado ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2/9 na sua atual redação
para efeitos de negócio jurídico entre vivos, onde consta que:
- A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa
vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de
prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos
prédios;
- O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o
ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos
loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para
qualquer rendibilidade económica não urbana;
- O parecer é emitido no prazo de 45 dias, entendendo-se a sua omissão como parecer
favorável;
- São nulos os atos ou negócios jurídicos celebrados em violação do disposto no n.º 1 do
referido artigo, tendo também a Câmara Municipal legitimidade para promover a respetiva
declaração judicial;
- Com base nos elementos constantes do processo, não existem indícios que o ato ou
negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao Regime Jurídico da



Alf A

Urbanização e Edificação, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para
qualquer rendibilidade económica não urbana
Pelas razões de facto e de direito expostas anteriormente, propõe-se que:
A Câmara Municipal, nos termos do n.º 1, do art.º 54.º, da Lei n.º 91/95, de 2/9, na sua atual
redação, delibere emitir parecer favorável para a constituição em compropriedade nas
condições e relativo ao prédio identificado na informação interna nº 30261 de 27/12/2022
Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade emitir parecer favorável para a
constituição em compropriedade nas condições e relativo ao prédio identificado na
informação interna nº 30261de 27/12/2022, nos termos da presente proposta
3.3 - Proposta de cedência de parcela de terreno particular para afetação ao
domínio público municipal - Almeida & Costa Henriques Construções Ld.ª - Proc.º
2022/300.50.001/1 - para aprovação
Proposta nº 3/2023
Considerando que:
A operação urbanística instruída através do Processo 01/2022/355, configura um pedido de
concessão de licença especial para acabamento da obra, licenciada através do alvará n.º
60/2008, entretanto caducado e diz respeito à construção de edifício misto de comércio e
habitação com 4 pisos, que se encontra suspensa por iniciativa do promotor há mais de 10
anos, localizada na Rua do Vale n.º 3, 5 e 7, em Cernache do Bonjardim
A intervenção proposta através do Processo 01/2022/355, assim como do processo inicial
n.º 01/2005/140, demonstram, ab initio, a pretensão do particular de ceder ao domínio
público municipal a área de 254,50 m2, destinada a estacionamento e passeios;
Compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do
domínio público municipal, nos termos da alínea q), do n.º1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013,
de 12 de setembro, na atual redação;
Da análise à informação interna n.º 26385, emitida pelo Chefe da Divisão de Atendimento,
Gestão Urbanística e Fiscalização, que se dá aqui para todos os efeitos, como integralmente
reproduzida e se anexa à presente proposta, não se vislumbra qualquer óbice a que o
pedido efetuado pelo requerente possa ser deferido, condicionado à aprovação pela
Assembleia Municipal da integração no domínio público municipal da referida parcela de
terreno a ceder
Pelas razões de facto e de direito acima expostas, propõe-se que:
A Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo n.º 33.º, n.º 1, alínea
ccc) e do artigo n.º 25.º, n.º 1, alínea q), ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na
sua atual redação, delibere submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:



fif A

a) A afetação, ao domínio público municipal, a título gratuito, de uma parcela de terreno
conforme planta anexa, com a área de 254,50 m2, a desanexar do prédio inscrito na matriz
rústica sob o art.º 17780 e descrito no registo predial sob o n.º 3987/20030307 da União de
Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, destinada a estacionamentos e
passeios, sendo que a transmissão e respetiva afetação ao domínio público municipal só
poderá ocorrer após a boa e regular execução das referidas obras de urbanização
Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade submeter à apreciação e
votação da Assembleia Municipal:
a)A afetação, ao domínio público municipal, a título gratuito, de uma parcela de terreno
conforme planta anexa, com a área de 254,50 m2, a desanexar do prédio inscrito na matriz
rústica sob o art.º 17780 e descrito no registo predial sob o n.º 3987/20030307 da União de
Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, destinada a estacionamentos e
passeios, sendo que a transmissão e respetiva afetação ao domínio público municipal só
poderá ocorrer após a boa e regular execução das referidas obras de urbanização, nos
termos da presente proposta.
3.4 - Proposta de Fornecimento de Água de Abastecimento Público para o ano
de 2023 - Proc.º 2022/300.10.005/233 - para aprovação
Proposta nº 4/2023
Considerando que:

- A informação técnica nº 118, do Setor da Contratação Publica e do Aprovisionamento, que solicita a autorização da presente despesa, pelo órgão competente, que aqui se dá como integralmente transcrita;
- Existe a necessidade de se proceder à emissão de requisição referente ao fornecimento de Água de Abastecimento Público para o ano de 2023;
- Foi autorizada a assunção de compromissos plurianuais relativo ao fornecimento, na reunião do Órgão Deliberativo de 27 de dezembro de 2022;

Orgânica	Económica	Valor	Descrição
04	02011601	812 264,15 €	Água de Abastecimento
04	0602010199	42 452,83 €	Taxa de Recursos Hídricos



LIF (

- A despesa esta prevista has Grandes Opções do Flano para o ano de 2025, sob o projeto
n.° 2020/70;
- O montante de despesa estimado é da competência da Câmara Municipal, conforme
alínea b) do n.º 1 o art,º 18º do Decreto-lei n.º 197/99, de 08 de junho, em conjugação com a
alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- A presente despesa enquadra-se nos termos do nº 1 do artigo 5º do CCP, publicado pelo
Decreto- Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual
Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que a Câmara
Municipal delibere:
Autorizar a despesa acima mencionada, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 o art,º 18º do
Decreto-lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua redação atual, em conjugação com a alínea f)
do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e do nº 1
do artigo 5º do CCP, publicado pelo Decreto- Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua
redação atual
Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade autorizar a despesa acima
mencionada, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 o art,º 18º do Decreto-lei n.º 197/99, de 08 de
junho, na sua redação atual, em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e do nº 1 do artigo 5º do CCP, publicado
pelo Decreto- Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, nos termos da
presente proposta
3.5 - Proposta de comparticipação do valor dos passes escolares aos alunos
provenientes do circuito público Pedrogão Grande - Sertã (ensino secundário) - ano
letivo 2022/2023 - Proc.º 2022/300.10.005/126 - para aprovação
Proposta nº 5/2023
Considerando:
O teor da informação técnica nº 207 de 06/01/2023, do Setor da Educação, que aqui se dá
como integralmente transcrita;
O pedido apresentado, constante da Entrada n.º 342, de 06/01/2023;
Os pressupostos constantes das informações técnicas nº 14751 e 19542 de 2022, do Setor
de Educação;
A aprovação do apoio para a comparticipação de 50% do valor dos passes aos alunos de
Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Góis e
Pombal, matriculados no ensino secundário em estabelecimento de ensino do Concelho da
Sertã, no ano letivo 2022 / 2023, que ocorreu na Reunião da Câmara Municipal, de
26/08/2022;





Que o transporte é comparticipado considerando a viagem Pedrógão Grande - Sertã -
Pedrógão Grande;
Pelas razões anteriormente indicadas, propõe-se que, a Câmara Municipal delibere:
Aprovar, nos mesmos moldes que para os alunos residentes no concelho da Sertã, que
frequentem os estabelecimentos escolares do Concelho, no âmbito do ensino secundário, a
comparticipação de 50% do valor do passe escolar, no circuito entre Pedrógão Grande e
Sertã, à aluna melhor identificada na informação interna n.º 207, acima mencionada
Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade, nos mesmos moldes que para
os alunos residentes no concelho da Sertã, que frequentem os estabelecimentos escolares
do Concelho, no âmbito do ensino secundário, a comparticipação de 50% do valor do passe
escolar, no circuito entre Pedrógão Grande e Sertã, à aluna melhor identificada na
informação interna n.º 207, acima mencionada, nos termos da presente proposta
3.6 - Proposta no âmbito de Ação Social Escolar - 1CEB e Educação Pré- Escolar
- Ano letivo 2022/2023 - Proc.º 2022/650.10.100/446 - para aprovação
Proposta nº 6/2023
Considerando:
- A competência da Câmara Municipal em apoiar ou comparticipar as famílias que
apresentem requerimentos para o efeito no âmbito da Ação Social Escolar - alínea hh) do $n^{\rm o}$
1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com o exposto no
Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e
da Educação, na sua redação atual;
- Que são isentos do pagamento das refeições escolares ou comparticipadas a 50% os
alunos cujos encarregados de educação requereram apoio no âmbito da Ação Social
Escolar, consoante estejam abrangidas pelos escalões do Abono de Família 1 e 2 (ou A e
B), respetivamente;
- Que foram identificados os alunos com escalão 3 (ou C), na eventualidade de, para o ano
letivo 2022/2023, poder haver alteração ao despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho (ainda
não saiu qualquer atualização para o ano letivo que irá iniciar em setembro próximo);
- Que os pedidos considerados para a presente proposta deram entrada após a data limite
de 30 de junho de 2022;
- O conteúdo da Informação Técnica nº 29961, de 2022, do Setor de Educação, e respetivas
listagens anexas, que se dão aqui, para todos os efeitos, como integralmente reproduzidas;-
Pelas razões anteriormente indicadas, propõe-se que:
A Câmara Municipal delibere aprovar a listagem nominal dos 4 (quatro) alunos do ensino
pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, relativa ao ano letivo 2022 / 2023, com a



### MUNICÍPIO DE SERTÃ CÂMARA MUNICIPAL

full of

indicação dos escalões do Abono de Família atribuídos pelas entidades respetivas, considerando-se o escalão A como apoio a 100% no pagamento das refeições escolares e o escalão C, na eventualidade de, para o ano letivo 2022/2023, poder haver alteração ao despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho.-----Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade a listagem nominal dos 5 (cinco) alunos do ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, relativa ao ano letivo 2022 / 2023, com a indicação dos escalões do Abono de Família atribuídos pelas entidades respetivas, considerando-se o escalão A como apoio a 100% no pagamento das refeições escolares e o escalão C, na eventualidade de, para o ano letivo 2022/2023, poder haver alteração ao despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, nos termos da presente proposta. -------- 3.7 - Proposta no âmbito das Férias Ativas - "Natal 2022" - pedidos de isenção -Proc.º 2022/900.10.002.02/14 - para aprovação.----------- Proposta nº 7/2023------Considerando: ------O teor da informação técnica nº30396 de 28/12/202, do Setor de Ação Social, que aqui se dá como integralmente transcrita; -----Os vários pedidos apresentados que deram entrada no BAU.-----Que os principais objetivos das Férias Ativas passam por:-----a) Colmatar a ausência de atividades orientadas para a ocupação dos tempos livres das crianças e dos jovens do Concelho da Sertã; -----b) Desenvolver a prática de atividades de animação desportiva e cultural, que de uma forma integrada e lúdica que pretendem despertar o gosto da criança e do jovem pela atividade desportiva; ----c) Promover o contacto com a natureza, preservando o meio ambiente; -----d) Proporcionar o desenvolvimento pessoal dos participantes na vertente da sua autoestima, capacidade de iniciativa, sentido de responsabilidade e criatividade; -----e) Fomentar a integração de todos os participantes através do seu envolvimento nas atividades culturais e lúdicas; ------- A preocupação da Câmara Municipal face a atual conjuntura e consequente agravamento da situação socieconómica dos seus munícipes, em particular nas questões de âmbito social; ------- Que um dos pressupostos da intervenção social é a criação da igualdade de oportunidades como forma de combater as desigualdades sociais; ------- Que a Câmara pretende promover e melhorar a qualidade de vida da população vulnerável





implementando medidas de prevenção, intervenção e/ou reinserção dos munícipes que se
encontrem nestas condições
Desta forma, para prossecução dos objetivos enunciados e do estabelecido nas alíneas f) e
h) do n.º2 do art.º 23º e na alínea v) do n.º1 do Art.º 33.º da Lei n.º $75/2013$ de 12 de
setembro, e dado que, nos termos do artigo 3.º do Regulamento para Atribuição de Apoios a
Agregados Familiares com Dificuldades Socieconómicas, é da competência da Câmara
Municipal da Sertã a atribuição dos apoios previstos no já citado Regulamento
Pelas razões anteriormente indicadas, propõe-se que:
A Câmara Municipal delibere aprovar a isenção do pagamento de inscrição nas Férias
Ativas "Natal 2022" e respetivas refeições dos alunos constantes na informação técnica
n°30396, de 28/12/2022
Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade a isenção do pagamento de
inscrição nas Férias Ativas "Natal 2022" e respetivas refeições dos alunos constantes na
informação técnica nº30396, de 28/12/2022, nos termos da presente proposta
3.8 - Proposta de pedido de Instalações Desportivas- Pavilhão Desportivo
Municipal da Sertã - Proc.º 2023/300.50.201/3 - para aprovação
Proposta nº 8/2023
Considerando que:
- Deu entrada nos serviços municipais, em 4 de janeiro de 2023, um pedido do Corpo de
Bombeiros da Sertã, sob o n.º 183, processo n.º 2022/300.50.201/3;
- Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio da saúde e proteção
civil conforme o disposto no artigo 23º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua
redação atual;
- O Corpo de Bombeiros da Sertã tem a necessidade de utilizar o Pavilhão Desportivo
Municipal da Sertã, para a prática de treinos, permitindo manter e melhorar a condição física
e desportiva dos seus elementos;
- Conforme informação dos serviços municipais, o pavilhão desportivo está disponível às
segundas- feiras das 20:00 horas às 21:00 horas e sextas-feiras das 21:00h às 22:00h;
- Esta competência está prevista na alínea o) e u), do n.º1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013,
de 12 de setembro, na atual redação;
Pelas razões de facto e de direito anteriormente mencionadas, propõe-se que:
- A Câmara Municipal delibere aprovar o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros
Voluntários da Sertã - Corpo de Bombeiros da Sertã, consubstanciado na cedência e
utilização gratuita, do Pavilhão Desportivo Municipal da Sertã, durante o ano de 2023, para a
prática de treinos regulares que permitam manter e melhorar a condição física dos



Def (

elementos, às segundas-feiras, das 20:00 horas às 21:00 horas e às sextas-feiras, das 21:00 horas às 22:00 horas. ------Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Sertã - Corpo de Bombeiros da Sertã, consubstanciado na cedência e utilização gratuita, do Pavilhão Desportivo Municipal da Sertã, durante o ano de 2023, para a prática de treinos regulares que permitam manter e melhorar a condição física dos elementos, às segundas-feiras, das 20:00 horas às 21:00 horas e às sextas-feiras, das 21:00 horas às 22:00horas, nos termos da presente proposta. ----- 3.9 - Proposta de Revisão do Regulamento Municipal de Trânsito - Proc.º 2023/100.10.400/1 - para aprovação.----------- Proposta nº 9/2023------O Regulamento Municipal de Trânsito que está em vigor desde a data de 2006, encontra-se bastante desatualizado em virtude das múltiplas alterações do Código da Estrada e legislação complementar ocorridas desde a sua aprovação, que carecem de adequação das regras municipais que regulamentam o ordenamento do trânsito; ------Nos últimos anos se tem acentuado a circulação rodoviária nas vias do Concelho e verificada uma expansão urbanística, estabelece-se a necessidade de adoção de regras adequadas por forma a disciplinar o estacionamento, a segurança e circulação rodoviária, bem como o respeito pelos peões; ------O teor da informação interna n.º 210, que se dá aqui como integralmente reproduzida e se anexa à presente proposta;-----Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do n.º1, do art.º 98.º, conjugado com o art.º 55.º, ambos do Código de Procedimento Administrativo e no âmbito da competência prevista na alínea K), do n.º1, do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: -----a)Dar início ao procedimento de Revisão do Regulamento Municipal de Trânsito e efetuar a respetiva publicação. -----b)Que a constituição como interessado no procedimento poderá ser realizada mediante requerimento a dirigir ao Vice- Presidente da Câmara Municipal (por delegação de competência – despacho n.º 10/2022, de 9 de junho, publicado pelo Edital n.º 54/2022), para o endereço - Largo do Município – 6100-738, Sertã, ou por mensagem para o endereço de correio eletrónico: geral@cm-serta.pt; indicando em ambos os casos no assunto "Constituição como interessado – Revisão ao Regulamento de Revisão do Regulamento Municipal de Trânsito" e, na mensagem, o nome do interessado e endereço de correio de





eletronico, bem como a manifestação expressa de consentimento para que este seja
utilizado para os efeitos de notificações no procedimento;
c)Que a constituição como interessados seja requerida, no prazo máximo de 10 dias úteis, a
contar da publicitação do início do procedimento, no sítio do Município na Internet, e a
apresentação de contributos seja efetuada, no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da
mesma data
Solicitou intervenção o Senhor Vereador Paulo Farinha Luís, referiu que se trata de um
processo moroso e difícil que interfere com a vida das pessoas /comerciantes, pediu para
que á medida que o documento fosse elaborado, fosse disponibilizado aos vereadores para
análise e contributos
O Senhor Vice-Presidente, salientou que este é um processo moroso, com inúmeras
situações para análise, já está agendada reunião da Comissão Municipal de Trânsito, onde
vão estar todos os representantes das bancadas municipais, os presidentes de todas as
Juntas de Freguesia, Corpo de Bombeiros de Cernache do Bonjardim da Sertã, Guarda
Nacional Republicana e todas estas entidades vão dar os seus contributos para melhor
regular trânsito
O Senhor Vereador José da Silva Nunes referiu que já participou na Comissão Municipal de
Trânsito, tem algum conhecimento da vila, alguns contributos foram implementados outros
não, deixou a sugestão de falarem com as Escolas de Condução
O Senhor Presidente salientou que os serviços técnicos fizeram um levantamento exaustivo
das situações a corrigir e a regularizar, a primeira reunião realiza-se no próximo dia 20 de
janeiro, é um trabalho moroso e exaustivo mas é preciso começar e realçou que todos os
contributos são bem-vindos
Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade, nos termos da presente
proposta:
a)Dar início ao procedimento de Revisão do Regulamento Municipal de Trânsito e efetuar a
respetiva publicação,
b)Que a constituição como interessado no procedimento poderá ser realizada mediante
requerimento a dirigir ao Vice-Presidente da Câmara Municipal (por delegação de
competência – despacho n.º 10/2022, de 9 de junho, publicado pelo Edital n.º 54/2022), para
o endereço - Largo do Município - 6100-738, Sertã, ou por mensagem para o endereço de
correio eletrónico: geral@cm-serta.pt; indicando em ambos os casos no assunto
"Constituição como interessado - Revisão ao Regulamento de Revisão do Regulamento
Municipal de Trânsito" e, na mensagem, o nome do interessado e endereço de correio de







reunião pelo Senhor Presidente da Câmara, eram cerca de 10:00 horas, da qual, para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, Carlos Alberto de Miranda e por mim, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, que a secretariei e processei a computador.------

ATA Nº 1 de 13-01-2023